

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 17 de outubro de 2008.

Edição nº 056

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Editais.....	2
Avisos.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos	2
Boletins de Pessoal	2
Súmulas de contrato e convênios.....	3
Avisos de licitações.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	3
Editais.....	11



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de outubro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 056

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

EDITAL – PGJ Nº 31/2008

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, cientifica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Criminal constante do PR.00958.03654/2008-4.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de outubro de 2008.

ISABEL DIAS ALMEIDA,

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício.

Registre-se e publique-se.

MÍLTON FONTANA,

Chefe de Gabinete.

AVISO Nº 25/2008 - PGJ

Científico, na forma do art. 14 do Provimento nº 33/2008, que o Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça proferiu despacho, autorizando o AFASTAMENTO dos seguintes Membros do Ministério Público:

- Dra. MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA, Procuradora de Justiça, matrícula nº 1257 5518, para, no dia 14 de outubro de 2008, participar, na qualidade de palestrante, do evento "Proteção Integral dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente em debate", na cidade de São Paulo/SP (PR.00001.02832/2008-4).

- Dr. LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA AZEVEDO, Promotor de Justiça de entrância final, matrícula nº 1291 5688, para, nos dias 05, 06 e 07 de novembro de 2008, participar de Solenidade em que será agraciado com a Ordem do Mérito Ministério Público Militar, na cidade de Brasília/DF (PR.00001.02572/2008-6).

- Dr. AUREO ROGÉRIO GIL BRAGA, matrícula nº 1290 6255, e Dr. RENATO VINHAS VELASQUES, matrícula nº 1262 0912, Promotores de Justiça de entrância final, para, nos dias 06 e 07 de novembro de 2008, participar do "VI Encontro Nacional dos Promotores da Ordem Tributária", a realizar-se em Florianópolis/SC (PR.00001.02824/2008-1).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2008.

MÍLTON FONTANA,

Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 3001/2008

O **SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**, publicar, para, nos seguintes termos:

Aplicar a servidor de provimento efetivo dos Quadros de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, pena de **REPREENSÃO POR ESCRITO**, com fulcro no inciso IV do Artigo 189, c/c inciso I do Artigo 187, todos da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, conforme decisão constante nas fls.81 a 85 do expediente, **SPU 01229.00920/2008-3**.

Dê-se Ciência.

Cumpra-se.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de outubro de 2008.

ANÍZIO PIRES GAVIÃO FILHO,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e Publique-se.

JORGE ANTONIO GONÇALVES MACHADO,

Diretor-Geral.

BOLETIM Nº 419/2008

O **SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, **ELROUCIAN UCAYALI SANTOS DA MOTTA**, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o sétimo (7º) lugar na classificação geral da Região Sul (Port.2999/08).

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria 2838/2008 que nomeou **NILSEU REIS CAVALHEIRO** para exercer o cargo de Agente Administrativo, deste Órgão (Port.2997/08).

RETIFICAR

- a Portaria nº 2958/2008, que exonerou a servidora **DENISE MALABARBA FERREIRA**, matrícula 1496 0710, do cargo em comissão de Assessor Superior II, CC-10, para constar que a exoneração não se deu a pedido (Port.2998/08).

AUTORIZAR

- o servidor **ANDERSON MARCELO DE ARAÚJO**, Secretário de Diligências, matrícula n.º 1497 0341, a afastar-se de suas funções, no período de 06 de outubro a 31 de dezembro de



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de outubro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 056

2008, a fim de frequentar Curso de Formação Profissional do Concurso Público para ingresso no cargo de Escrivão de Polícia do Distrito Federal, em virtude de convocação nos termos do Edital n. 034/2008, de 23 de setembro de 2008, nos termos da Lei Estadual n. 12.262/05, e no Artigo 64 Inciso XII, da Lei n.º 10.098/94, mantida a contribuição para o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do Artigo 8º da Lei n.º 7.672/82, combinado com o disposto na Lei n. 12.065/04 (PR.00576.00625/2008-9 - Port.2990/08)

TORNAR INSUBSISTENTE

- tendo em vista o que consta no PR.00592.00600/2008-2, a Portaria nº 2697/2008, que nomeou CLAUDIA SABRINA DOTTO ANDRADE, para exercer o cargo de Secretário de Diligências, Classe "M", deste Órgão, registrada no Boletim n.º 361/08, publicado no Diário Oficial da Justiça de 15/09/08 (Port.3002/08).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2008.

JORGE ANTONIO GONÇALVES MACHADO,

Diretor-Geral.

CONTRATO DE COMPRA E VENDA

AJDG Nº 130/2008

PROCESSO Nº 10124-09.00/08-6

CONTRATADA: GIOM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE MÓVEIS LTDA.; **OBJETO:** aquisição, montagem e instalação de 40 un. de gaveteiro volante, com valor unitário de R\$ 403,20; 50 un. de cadeira de coordenador, com valor unitário de R\$ 493,44; 100 un. de cadeira de aproximação do coordenador, com valor unitário de R\$ 493,44; 200 un. de cadeira de servidor, com valor unitário de R\$ 467,52 e 150 un. de cadeira de aproximação de servidor, com valor unitário de R\$ 467,52; **VALOR TOTAL:** R\$ 253.776,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 09.01; Recurso: 0011; Projeto/Atividade: 2746; Natureza da Despesa/Rubrica: 4.4.90.52/5214; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93, Decreto nº 3.931/2001 e posteriores alterações, bem como Provimento PGJ nº 40/04 e 47/06.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15 de outubro de 2008.

JORGE ANTONIO GONÇALVES MACHADO,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 10728-09.00/08-6

CONTRATADA: COMITÊ NACIONAL DO CERIMONIAL PÚBLICO.; **OBJETO:** inscrição da servidora Stael Ellwanger Lauxen, no IX Congresso Internacional de Protocolo/XV Con-

gresso Nacional do Cerimonial Público, a ser realizado no período de 03 a 05 de novembro de 2008, em Campos do Jordão/SP; **VALOR TOTAL:** R\$ 800,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420; Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 25, inciso II, combinado com o art. 13, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 15/10/2008, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Anizio Pires Gavião Filho.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 15/10/2008.

JORGE ANTONIO GONÇALVES MACHADO,

Diretor-Geral.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão nº 48/08 (Processo nº 010530-09.00/08-0). **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** registro de preços de prestação de serviços de gravação de 800 (oitocentas) horas de matérias gravadas em áudio e em vídeo, conforme especificações constantes do Anexo II do Edital. Data e horário de abertura: 30/10/2008, às 14h. **Local:** Rua General Andrade Neves, 106, 17º andar, Centro, Porto Alegre (RS). Edital disponível na página: <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao>. Informações gerais: e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei nº 10.520/02, Provimento PGJ/RS nº 54/02 e Lei nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de outubro de 2008.

LUIZ PEDRO LEITE,

Pregoeiro.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 09/2008 - CAOMA

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis:

AGUDO

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 00710.00028/2008 pela Promotora de Justiça Daniela Sudbrack Gaspar Raiser, da Promotoria de Justiça de Agudo/RS, tendo por finalidade investigar "destruição de mata de origem nativa das espécies grápia, geriva, açoita-cavalo, além de outras não identificadas em razão da utilização de fogo, em



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de outubro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 056

área de preservação permanente, totalizando uma área de 0,8 hectares e gerando 3 m³ de lenha, sem autorização do órgão ambiental competente.”

ARROIO DO MEIO

1)Inquérito Civil nº 00715.00004/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Estevam Araujo, da Promotoria de Justiça de Arroio do Meio/RS, tendo por finalidade investigar “destruição de vegetação nativa em estágio médio avançado do bioma da mata atlântica, numa área aproximada de 6.000 m², pelo município de Pouso Novo, para abertura de estrada, sem licença do órgão ambiental competente.”

2)Inquérito Civil nº 00715.000035/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Estevam Araujo, da Promotoria de Justiça de Arroio do Meio/RS, tendo por finalidade investigar “criação de animais em zona urbana.”

BENTO GONÇALVES

1)Inquérito Civil nº 00722.00071/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves/RS, tendo por finalidade investigar “atividade de lapidação, desdobramento e comércio de mármore e granitos, sem Licenciamento Ambiental (LO – FEPAM).”

2)Inquérito Civil nº 00722.00070/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves/RS, tendo por finalidade investigar “abate clandestino de animais (bovinos/suínos) para fins comerciais”.

CAMPINA DAS MISSÕES

1)Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 015/2008 pela Promotora de Justiça Cristiane Mello De Bona, da Promotoria de Justiça de Campina das Missões/RS, tendo por finalidade investigar “transporte de carvão vegetal sem identificação pertinente e sem autorização do órgão competente”.

2)Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 13/2008 pela Promotora de Justiça Cristiane Mello De Bona, da Promotoria de Justiça de Campina das Missões/RS, tendo por finalidade investigar “extração de cascalho em duas áreas, uma de 1.764m² (42x41m) e 12m de altura, e a outra de 432m² e altura de oito metros, sem autorização do órgão ambiental competente”.

3)Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 014/2008 pela Promotora de Justiça Cristiane Mello De Bona, da Promotoria de Justiça de Campina das Missões/RS, tendo por finalidade investigar “(1) corte seletivo de 04 folhosas nativas junto ao curso d’água, inclusive uma figueira, considerada espécie nativa imune ao corte no Rio Grande do Sul; (2) abertura de uma picada de 800m² para construção de cerca divisória, passando por dois pequenos córregos, em 160m², sendo que a área roçada totaliza 800 metros², sendo 160 m² uma em área de preservação permanente”.

4)Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 016/2008 pela Promotora de Justiça Cristiane Mello De Bona, da Promotoria de Justiça de Campina das Missões/RS, tendo por finalidade investigar “a construção de uma pocilga para aproximadamen-

te 500 suínos, sem licença dos órgãos competentes”.

CAMPO NOVO

1)Inquérito Civil nº 00735.00006/2008 instaurado pela Promotora de Justiça substituta Diolinda Kurrle Hannusch, da Promotoria de Justiça de Campo Novo/RS, tendo por finalidade investigar “Corte seletivo de 21 (vinte e uma) folhosas nativas de grande porte, sem Licenciamento do Órgão Competente, sendo 10 (dez) Cedros, 8 (oito) Canelas, 2 (duas) Carovas e 1 (uma) Maria-Preta totalizando aproximadamente 25 (vinte e cinco) metros cúbicos de toras.”

CANOAS

1)Inquérito Civil nº 111/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Maria Augusta Menz, da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas/RS, tendo por finalidade investigar “possível poluição sonora”.

2)Inquérito Civil nº 88/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Maria Augusta Menz, da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas/RS, tendo por finalidade investigar “poluição atmosférica decorrente das atividades de lavagem de veículos por parte do estabelecimento investigado”.

3)Inquérito Civil nº 85/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Maria Augusta Menz, da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas/RS, tendo por finalidade investigar “apurar eventual aterramento de área de preservação permanente, banhado, bem como tendo como investigados indivíduos não suficientemente identificados”.

4) Inquérito Civil nº 90/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Maria Augusta Menz, da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas/RS, tendo por finalidade investigar “aterramento e atividade de serraria no interior do Parque Estadual Delta do Jacuí, por parte da investigada”.

CAPÃO DA CANOA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 156/2008 pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa/RS, tendo por finalidade investigar “criação de animais em área urbana”.

CARAZINHO

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 62/2008 pela Promotora de Justiça Clarissa Ammélia Simões Machado, da Promotoria de Justiça de Carazinho/RS, tendo por finalidade investigar “ocupação para fins de moradia em área de preservação permanente (APP) e da destinação irregular de esgoto cloacal in natura para a sanga”.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 63/2008 pela Promotora de Justiça Clarissa Ammélia Simões Machado, da Promotoria de Justiça de Carazinho/RS, tendo por finalidade investigar “manutenção de aves silvestres em cativeiro – 03 pintassilgos, 02 sangue-de-boi, 01 cardeal, 02 canários da terra e 01 colerinho – sem qualquer licenciamento ambiental”.

3) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 64/2008 pela Promotora de Justiça Clarissa Ammélia Simões Machado, da Promotoria de Justiça de Carazinho/RS, tendo por finalidade investigar “criação de gado leiteiro e de depósito irregular de resíduos sólidos diretamente no solo e a céu aberto, sem qual-



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de outubro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 056

quer licenciamento ambiental".

CATUÍPE

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 18/2008 pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin Dos Santos, da Promotoria de Justiça de Catuípe/RS, tendo por finalidade investigar "uso do fogo em uma área de 816m² e outra de 3.598m², ambas consideradas de preservação permanente".

CAXIAS DO SUL

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 00748.00275/2008, pela Promotora de Justiça Janaina De Carli Dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul/RS, tendo por finalidade investigar "exercício de atividade sem licença ambiental e descarte irregular de resíduos industriais".

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 00748.00276/2008, pela Promotora de Justiça Janaina De Carli Dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul/RS, tendo por finalidade investigar "exercício de atividade sem licença ambiental e descarte irregular de resíduos industriais".

3) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 00748.00277/2008, pela Promotora de Justiça Janaina De Carli Dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul/RS, tendo por finalidade investigar "poluição hídrica e atmosférica".

4) Inquérito Civil instaurado pela Portaria n. 00748.00278/2008, pela Promotora de Justiça Janaina De Carli Dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul/RS, tendo por finalidade investigar "poluição atmosférica".

5) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 00748.00279/2008, pela Promotora de Justiça Janaina De Carli Dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul/RS, tendo por finalidade investigar "corte de vegetação nativa".

6) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 00748.00280/2008, pela Promotora de Justiça Janaina De Carli Dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul/RS, tendo por finalidade investigar "queima de campo nativo".

7) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 00748.00281/2008, pela Promotora de Justiça Janaina De Carli Dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul/RS, tendo por finalidade investigar "queima de campo nativo".

8) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 00748.00282/2008, pela Promotora de Justiça Janaina De Carli Dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul/RS, tendo por finalidade investigar "queima de campo nativo".

9) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 00748.00284/2008, pela Promotora de Justiça Janaina De Carli Dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul/RS, tendo por finalidade investigar

"descumprimento de licença de operação, disposição irregular de afluentes e poluição hídrica".

10) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 00748.00288/2008, pela Promotora de Justiça Janaina De Carli Dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul/RS, tendo por finalidade investigar "corte de vegetação nativa e esgotamento de lagoas".

11) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 00748.00289/2008, pela Promotora de Justiça Janaina De Carli Dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul/RS, tendo por finalidade investigar "queima de campo nativo".

CONSTANTINA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 07/2008, pela Promotora de Justiça Kátia Regina Griza, da Promotoria de Justiça de Constantina/RS, tendo por finalidade investigar "irregularidades no funcionamento da empresa AGRO MÁQUINAS CONSTANTINA LTDA, especialmente no que se refere à ausência de licença do órgão ambiental competente para o funcionamento da atividade".

ERECHIM

1) Inquérito Civil nº 00762.00154/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar "poluição em razão de um canil".

2) Inquérito Civil nº 00762.00169/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar "ampliação de área útil e construída, o envio e disposição de resíduos Classes I e IIA na empresa CETRIC, sem a devida autorização do órgão ambiental competente, e o funcionamento do setor de solda e oxi-corte sem controle e sistema de abatimento das emissões atmosféricas geradas e lançamento de efluentes líquidos industriais sem prévio tratamento, em desacordo com a Licença de Operação".

3) Inquérito Civil nº 00762.00170/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar "funcionamento de atividade industrial sem a devida autorização do órgão ambiental competente (licença de operação)".

4) Inquérito Civil nº 00762.00171/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar "ampliação de área e da capacidade produtiva de estabelecimento potencialmente poluidor, consistente em indústria de máquinas e utilidades domésticas, sem licenciamento prévio do órgão ambiental competente".

4) Inquérito Civil nº 00762.00172/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar "envio e disposição de resíduos Classes I e IIA na empresa CETRIC, sem a devida autorização do



órgão ambiental competente.”

5) Inquérito Civil nº 00762.00173/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar “ocorrência de emissões atmosféricas sem tratamento, contaminação do solo com líquidos contaminantes decorrentes de vazamentos, respingos, em razão da ausência de piso impermeabilizado em toda a área do processo de banhos químicos eletrolíticos”.

6) Inquérito Civil nº 00762.00174/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar “envenenamento de galinhas e aves silvestres”.

7) Inquérito Civil nº 00762.00175/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar “destoque em aproximadamente 0,7 hectare de capoeira (regeneração), sem licença do órgão ambiental competente”.

8) Inquérito Civil nº 00762.00176/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar “destoque em aproximadamente 0,4 hectare de reflorestamento de eucaliptos em área de preservação permanente referente a curso d’água, sem licença do órgão ambiental competente”.

8) Inquérito Civil nº 00762.00177/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar “depósito de resíduos sólidos em área de preservação permanente”.

9) Inquérito Civil nº 00762.00178/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar “maus tratos a um cachorro”.

10) Inquérito Civil nº 00762.00179/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar “depósito de madeira nativa sem autorização do órgão ambiental competente”.

11) Inquérito Civil nº 00762.00180/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar “corte de três árvores nativas da espécie Canela, sem autorização do órgão ambiental competente”.

12) Inquérito Civil nº 00762.00181/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar “depósito de 44 metros cúbicos de lenha nativa sem autorização do órgão ambiental competente”.

13) Inquérito Civil nº 00762.00182/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira,

da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar “corte raso de árvores nativas em duas áreas distintas, totalizando 0,46 hectare”.

14) Inquérito Civil nº 00762.00183/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar “construção de casa em área de preservação permanente”.

15) Inquérito Civil nº 00762.00184/2008 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim/RS, tendo por finalidade investigar “aterro de terreno localizado em área de preservação permanente”.

GRAMADO

1) Inquérito Civil nº 00782.00015/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Antonio Metzger Képes, da Promotoria de Justiça Especializada de Gramado/RS, tendo por finalidade investigar “poluição atmosférica e do solo pelo lançamento de substâncias, em desacordo com Licença de Operação expedida pelo Órgão Ambiental Competente.”

2) Inquérito Civil nº 00782.00016/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Antonio Metzger Képes, da Promotoria de Justiça Especializada de Gramado/RS, tendo por finalidade investigar “destruição de vegetação nativa através de terraplanagem e poluição por depósito irregular de resíduos diversos diretamente no solo e ao ar livre, tudo sem possuir Licença do Órgão Ambiental Competente.”

3) Inquérito Civil nº 00782.00017/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Antonio Metzger Képes, da Promotoria de Justiça Especializada de Gramado/RS, tendo por finalidade investigar “abertura de açudes em área de preservação permanente, sem possuir Licença do Órgão Ambiental Competente”.

4) Inquérito Civil nº 00782.00018/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Antonio Metzger Képes, da Promotoria de Justiça Especializada de Gramado/RS, tendo por finalidade investigar “atividade irregular de suinocultura em desacordo com normas ambientais vigentes, causando danos na vegetação nativa e gerando poluição de naturezas diversas”.

5) Inquérito Civil nº 00782.00019/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Antonio Metzger Képes, da Promotoria de Justiça Especializada de Gramado/RS, tendo por finalidade investigar “empresa em atividade com utilização de recursos hídricos, sem possuir licença do órgão ambiental competente”.

6) Inquérito Civil nº 00782.00020/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Antonio Metzger Képes, da Promotoria de Justiça Especializada de Gramado/RS, tendo por finalidade investigar “posse, em cativeiro, de animais da fauna silvestre brasileira, sem possuir licença do Órgão Ambiental Competente”.

7) Inquérito Civil nº 00782.00021/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Antonio Metzger Képes, da Promotoria de Justiça Especializada de Gramado/RS, tendo por finalidade investigar “supressão de vegetação nativa nos estágios inicial



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de outubro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 056

e médio de regeneração, sem possuir licença do Órgão Ambiental Competente.”

GRAVATAÍ

1) Inquérito Civil nº 00783.00012/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí/RS, tendo por finalidade investigar “supressão de uma árvore (Paineira) que põe em risco os moradores de uma casa”.

2) Inquérito Civil nº 00783.00066/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí/RS, tendo por finalidade investigar “depósito irregular de lixo na Estrada Rincão da Madalena, entre o Armazém Raupp e o cemitério”.

3) Inquérito Civil nº 00783.00068/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí/RS, tendo por finalidade investigar “possível depósito irregular de lixo em terreno particular”.

4) Inquérito Civil nº 00783.00072/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí/RS, tendo por finalidade investigar “possível dano ambiental causado por ligações clandestinas de esgoto”.

5) Inquérito Civil nº 00783.00081/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí/RS, tendo por finalidade investigar “possíveis maus-tratos a animais (cães)”.

6) Inquérito Civil nº 00783.00126/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí/RS, tendo por finalidade investigar “possível poluição sonora oriunda de residência”.

7) Inquérito Civil nº 00783.00128/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí/RS, tendo por finalidade investigar “possível poluição sonora e funcionamento sem licença dos órgãos competentes em estabelecimento comercial”.

8) Inquérito Civil nº 00783.00131/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí/RS, tendo por finalidade investigar “condições de funcionamento de oficina mecânica”.

9) Inquérito Civil nº 00783.00132/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí/RS, tendo por finalidade investigar “condições de funcionamento de oficina mecânica”.

10) Inquérito Civil nº 00783.00133/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí/RS, tendo por finalidade investigar “condições de funcionamento de oficina mecânica”.

11) Inquérito Civil nº 00783.00136/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí/RS, tendo por finalidade investigar “falta de saneamento básico nas cercanias das Ruas Boa Vista e Fogaça da Cruz”.

GUAÍBA

1) Inquérito Civil nº 04/2008 instaurado pelo Promotor de

Justiça Valter Priebe, da Promotoria de Justiça de Guaíba/RS, tendo por finalidade investigar “possível prática da atividade de silvicultura sem licenciamento do Órgão Ambiental”.

2) Inquérito Civil nº 05/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Valter Priebe, da Promotoria de Justiça de Guaíba/RS, tendo por finalidade investigar “possível irregularidade na instalação de jazida para extração de argila em Área de Preservação Permanente”.

3) Inquérito Civil nº 06/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Valter Priebe, da Promotoria de Justiça de Guaíba/RS, tendo por finalidade investigar “possível poluição sonora e perturbação do sossego alheio, decorrente da atividade do clube noturno”.

4) Inquérito Civil nº 07/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Valter Priebe, da Promotoria de Justiça de Guaíba/RS, tendo por finalidade investigar “possível poluição do meio ambiente pelo despejo de restos de dejetos orgânicos em via pública”.

5) Inquérito Civil nº 08/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Valter Priebe, da Promotoria de Justiça de Guaíba/RS, tendo por finalidade investigar “possível supressão de vegetação nativa”.

6) Inquérito Civil nº 09/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Valter Priebe, da Promotoria de Justiça de Guaíba/RS, tendo por finalidade investigar “possível supressão de vegetação nativa”.

7) Inquérito Civil nº 10/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Valter Priebe, da Promotoria de Justiça de Guaíba/RS, tendo por finalidade investigar “possível criação de cães em residência particular, excedendo a quantidade de animais prevista em legislação municipal”.

8) Inquérito Civil nº 11/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Valter Priebe, da Promotoria de Justiça de Guaíba/RS, tendo por finalidade investigar “possível poluição sonora e perturbação do sossego alheio, decorrente da atividade de estabelecimento comercial”.

9) Inquérito Civil nº 12/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Valter Priebe, da Promotoria de Justiça de Guaíba/RS, tendo por finalidade investigar “possível poluição sonora e perturbação do sossego alheio, decorrente da atividade de estabelecimento comercial”.

10) Inquérito Civil nº 01/2003 instaurado pelo Promotor de Justiça Valter Priebe, da Promotoria de Justiça de Guaíba/RS, tendo por finalidade investigar “possível corte de vegetação nativa e construção em Área de Preservação Permanente”.

IJUÍ

1) Inquérito Civil nº 00794.00093/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Diolinda Kurlle Hannusch, da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária de Ijuí/RS, tendo por finalidade investigar “possível dano ambiental decorrente da supressão de uma árvore de espécie nativa (corticeira de banhado) e demais vegetações típicas, em área de Preservação Permanente (nascentes e banhados), sem autorização do Órgão Ambiental competente”.



2) Inquérito Civil nº 00794.00094/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária de Ijuí/RS, tendo por finalidade investigar “dano ambiental decorrente do lançamento de esgoto sanitário a céu aberto, causando mau cheiro e proliferação de insetos e risco à saúde das pessoas que residem no local”.

3) Inquérito Civil nº 00794.00099/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária de Ijuí/RS, tendo por finalidade investigar “dano ambiental decorrente do depósito irregular de madeira nativa sem comprovação de sua origem, bem como do funcionamento de empreendimento potencialmente poluidor (olaria), sem autorização do Órgão Ambiental competente”.

4) Inquérito Civil nº 00794.00100/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária de Ijuí/RS, tendo por finalidade investigar “dano ambiental decorrente da destruição de árvores de espécie nativa fora de APP e em Área de Preservação Permanente, sem autorização do Órgão Ambiental competente”.

5) Inquérito Civil nº 00794.00102/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária de Ijuí/RS, tendo por finalidade investigar “dano ambiental decorrente do vazamento de um tanque de óleo, localizado junto a uma metalúrgica”.

6) Inquérito Civil nº 00794.00103/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária de Ijuí/RS, tendo por finalidade investigar “dano ambiental, decorrente do escoamento indevido de efluentes líquidos oriundo da lavagem de peças”.

LAGOA VERMELHA

1) Inquérito Civil nº 00801.00045/2008 instaurado pela 2ª Promotora de Justiça Paula Bittencourt Orsi, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha/RS, tendo por finalidade investigar “corte raso de floresta nativa em 2.76 (dois vírgula setenta e seis) hectares, onde restaram atingidas 03 (três) araucárias, sendo feito uso de fogo na área, após o corte, condutas essas praticadas sem autorização do órgão ambiental”.

2) Inquérito Civil nº 00801.00046/2008 instaurado pela 2ª Promotora de Justiça Paula Bittencourt Orsi, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha/RS, tendo por finalidade investigar “irregularidade na liberação de licenciamento para o corte de 84 (oitenta) pinheiros brasileiros em desconformidade com as normas legais vigentes pelo município de Muliterno/RS”.

3) Inquérito Civil nº 00801.00047/2008 instaurado pela 2ª Promotora de Justiça Paula Bittencourt Orsi, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha/RS, tendo por finalidade investigar “poluição atmosférica causada através emissões atmosféricas em desacordo com as normas técnicas e legislação que disciplina a matéria, bem como ter em depósito defensivos agrícolas de forma irregular”.

MARAU

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 19/2008, pelo

Promotor de Justiça Diego Pessi, da Promotoria de Justiça de Marau/RS, tendo por finalidade investigar “eventual ocorrência de poluição ambiental perpetrada pelo Frigorífico Mariense Ltda.”

NOVO HAMBURGO

1) Inquérito Civil nº 00814.00150/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária de Novo Hamburgo/RS, tendo por finalidade investigar “possível emissão excessiva de ruídos, causada, em tese, pela empresa Maquiné Beneficiamento em Couros Ltda.”

2) Inquérito Civil nº 00814.00152/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária de Novo Hamburgo/RS, tendo por finalidade investigar “possíveis atos de abuso e maus tratos contra animais da espécie equina”.

3) Inquérito Civil nº 00814.00155/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária de Novo Hamburgo/RS, tendo por finalidade investigar “possível desmatamento ocorrido em um lote de terras”.

4) Inquérito Civil nº 00814.00156/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária de Novo Hamburgo/RS, tendo por finalidade investigar “possível reciclagem de resíduos sem licenciamento”.

5) Inquérito Civil nº 00814.00154/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária de Novo Hamburgo/RS, tendo por finalidade investigar “possível poluição sonora, em razão de eventos de competição de som automotivo, causada, em tese, pelo estabelecimento “Bar Alternativo”.

6) Inquérito Civil nº 00814.00157/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária de Novo Hamburgo/RS, tendo por finalidade investigar “averiguar possível posse ilegal de aves silvestres”.

7) Inquérito Civil nº 00814.00158/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária de Novo Hamburgo/RS, tendo por finalidade investigar “possíveis danos ambientais em razão de disposição irregular de resíduos e reciclagem clandestina”.

8) Inquérito Civil nº 00814.00161/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária de Novo Hamburgo/RS, tendo por finalidade investigar “possível emissão excessiva de ruídos”.

9) Inquérito Civil nº 00814.00160/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária de Novo Hamburgo/RS, tendo por finalidade investigar “possíveis irregularidades em reciclagem de resíduos”.

10) Inquérito Civil nº 00814.00165/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, da Promotoria de



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de outubro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 056

Justiça de Defesa Comunitária de Novo Hamburgo/RS, tendo por finalidade investigar “possível posse ilegal de aves silvestres”.

11) Inquérito Civil nº 00814.00164/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária de Novo Hamburgo/RS, tendo por finalidade investigar “possível abandono de resíduos industriais”.

12) Inquérito Civil nº 00814.00163/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária de Novo Hamburgo/RS, tendo por finalidade investigar “possível posse ilegal de aves silvestres”.

RONDA ALTA

1) Inquérito Civil instaurado pelo Portaria nº 13/2008 pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta/RS, tendo por finalidade investigar “destruição de espécies nativas, sem licença dos órgãos ambientais competentes”.

2) Inquérito Civil instaurado pelo Portaria nº 14/2008 pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta/RS, tendo por finalidade investigar “ocupação de área de preservação permanente, com drenagem do solo, sem licença dos órgãos ambientais competentes”.

3) Inquérito Civil instaurado pelo Portaria nº 15/2008 pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta/RS, tendo por finalidade investigar “destruição de árvores nativas, abertura de valas para drenagem, queimada, sem licença dos órgãos ambientais competentes, e o depósito irregular de embalagens de agrotóxicos”.

4) Inquérito Civil instaurado pelo Portaria nº 16/2008 pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta/RS, tendo por finalidade investigar “destruição de espécies nativas, sem licença dos órgãos ambientais competentes”.

5) Inquérito Civil instaurado pelo Portaria nº 17/2008 pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta/RS, tendo por finalidade investigar “destruição de espécies nativas, sem licença dos órgãos ambientais competentes”.

6) Inquérito Civil instaurado pelo Portaria nº 18/2008 pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta/RS, tendo por finalidade investigar “destruição de espécies nativas, sem licença dos órgãos ambientais competentes”.

7) Inquérito Civil instaurado pelo Portaria nº 19/2008 pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta/RS, tendo por finalidade investigar “destruição de espécies nativas, sem licença dos órgãos ambientais competentes”.

8) Inquérito Civil instaurado pelo Portaria nº 20/2008 pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, da Pro-

motoria de Justiça de Ronda Alta/RS, tendo por finalidade investigar “destruição de espécies nativas, sem licença dos órgãos ambientais competentes”.

9) Inquérito Civil instaurado pelo Portaria nº 21/2008 pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta/RS, tendo por finalidade investigar “destruição de espécies nativas, sem licença dos órgãos ambientais competentes”.

10) Inquérito Civil instaurado pelo Portaria nº 22/2008 pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta/RS, tendo por finalidade investigar “ocupação de área de preservação permanente, sem licença dos órgãos ambientais competentes, e o descarte de embalagens de agrotóxicos”.

11) Inquérito Civil instaurado pelo Portaria nº 23/2008 pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta/RS, tendo por finalidade investigar “destruição de espécies nativas, sem licença dos órgãos ambientais competentes”.

12) Inquérito Civil instaurado pelo Portaria nº 24/2008 pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta/RS, tendo por finalidade investigar “atividade leiteira, sem licença dos órgãos ambientais competentes”.

13) Inquérito Civil instaurado pelo Portaria nº 25/2008 pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta/RS, tendo por finalidade investigar “rampa de lavagem em desconformidade com as especificações da licença de operação, a caixa separadora de óleo está sem manutenção e apresenta vazamento e é realizada sucção de água do rio sem licença dos órgãos ambientais competentes”.

ROSÁRIO DO SUL

1) Inquérito Civil nº 47/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Leonardo Giardin de Souza, da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul/RS, tendo por finalidade investigar “possível ocorrência de dano ambiental consistente em realizar obras em área de preservação permanente sem licença do órgão ambiental competente”.

2) Inquérito Civil nº 48/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Leonardo Giardin de Souza, da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul/RS, tendo por finalidade investigar “possível ocorrência de dano ambiental consistente em construir valo (dreno) com intuito de drenar banhado em área de preservação permanente sem licença do órgão ambiental competente”.

3) Inquérito Civil nº 49/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Leonardo Giardin de Souza, da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul/RS, tendo por finalidade investigar “possível ocorrência de dano ambiental consistente em reformar taipa de 50 metros de comprimento em área de preservação permanente sem licença do órgão ambiental competente”.

4) Inquérito Civil nº 50/2008 instaurado pelo Promotor de



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de outubro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 056

Justiça em substituição Leonardo Giardin de Souza, da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul/RS, tendo por finalidade investigar “possível ocorrência de dano ambiental consistente em construir e reformar taipa de açude em área de preservação permanente sem licença do órgão ambiental competente”.

5) Inquérito Civil nº 51/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Leonardo Giardin de Souza, da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul/RS, tendo por finalidade investigar “possível ocorrência de dano ambiental consistente em fazer funcionar marmoraria sem licença do órgão ambiental competente”.

6) Inquérito Civil nº 52/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Leonardo Giardin de Souza, da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul/RS, tendo por finalidade investigar “possível ocorrência de dano ambiental consistente em fazer funcionar marmoraria sem licença do órgão ambiental competente”.

SÃO JOSÉ DO OURO

1) Inquérito Civil nº 35/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Marcio Schenato, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro/RS, tendo por finalidade investigar “poluição através de destino irregular de resíduos sólidos provenientes de Posto de Combustíveis e uso irregular de fogo”.

2) Inquérito Civil nº 36/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Marcio Schenato, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro/RS, tendo por finalidade investigar “uso irregular de fogo, com queima de aproximadamente 0,5 hectares de floresta em estágio inicial de regeneração composta por espécies pioneiras, fora de área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente”.

3) Inquérito Civil nº 39/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Marcio Schenato, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro/RS, tendo por finalidade investigar “corte de 25 árvores nativas, em estágio avançado de regeneração das espécies Canela, Bugre, entre outras, localizado próximo a uma sanga, com volume estimado de madeira de 6,18m³, em área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente”.

4) Inquérito Civil nº 40/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Marcio Schenato, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro/RS, tendo por finalidade investigar “corte de árvores nativas, em estágio avançado de regeneração das espécies Canela, Açoita-cavalo, Camboatá, entre outras, sendo 0,2 hectares em área de preservação permanente, e 0,8 hectares fora de área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente”.

SÃO LOURENÇO DO SUL

1) Inquérito Civil nº 19/2008 instaurado pela Promotora de Justiça Gabriela Monteiro, da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul/RS, tendo por finalidade investigar “eventual poluição hídrica e de solo, causada por posto de gasolina clandestino e borracharia, sem licenciamento ambiental”.

SÃO VALENTIM

1) Inquérito Civil nº 00900.00072/2008 instaurado pela Pro-

motora de Justiça Karina Albuquerque Denicol, da Promotoria de Justiça de São Valentim/RS, tendo por finalidade investigar “eventual infração ambiental consistente em aterramento de banhado e bombardeio de pedra”.

TAPEJARA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 24/2008 pelo Promotor de Justiça Marcio Schenato, da Promotoria de Justiça de Tapejara/RS, tendo por finalidade investigar “dano ambiental consistente em corte raso de árvores nativas, sem autorização do órgão ambiental competente”.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 25/2008 pelo Promotor de Justiça Marcio Schenato, da Promotoria de Justiça de Tapejara/RS, tendo por finalidade investigar “dano ambiental consistente em corte raso de árvores nativas, sem autorização do órgão ambiental competente”.

3) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 26/2008 pelo Promotor de Justiça Marcio Schenato, da Promotoria de Justiça de Tapejara/RS, tendo por finalidade investigar “dano ambiental consistente em corte raso de árvores nativas, sem autorização do órgão ambiental competente”.

VERANÓPOLIS

1) Inquérito Civil nº 00929.00104/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis/RS, tendo por finalidade investigar “perfuração/ utilização de poços artesianos”.

2) Inquérito Civil nº 00929.00105/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis/RS, tendo por finalidade investigar “perfuração/ utilização de poços artesianos”.

3) Inquérito Civil nº 00929.00106/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis/RS, tendo por finalidade investigar “perfuração/ utilização de poços artesianos”.

4) Inquérito Civil nº 00929.00107/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis/RS, tendo por finalidade investigar “perfuração/ utilização de poços artesianos”.

5) Inquérito Civil nº 00929.00108/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis/RS, tendo por finalidade investigar “perfuração/ utilização de poços artesianos”.

6) Inquérito Civil nº 00929.00109/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis/RS, tendo por finalidade investigar “perfuração/ utilização de poços artesianos”.

7) Inquérito Civil nº 00929.00110/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis/RS, tendo por finalidade investigar “perfuração/ utilização de poços artesianos”.

8) Inquérito Civil nº 00929.00111/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis/RS, tendo por finalidade investigar “perfuração/ utilização de poços artesianos”.

9) Inquérito Civil nº 00929.00112/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de outubro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 056

de Veranópolis/RS, tendo por finalidade investigar “perfuração/ utilização de poços artesianos”.

10) Inquérito Civil nº 00929.00113/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis/RS, tendo por finalidade investigar “perfuração/ utilização de poços artesianos”.

11) Inquérito Civil nº 00929.00114/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis/RS, tendo por finalidade investigar “perfuração/ utilização de poços artesianos”.

12) Inquérito Civil nº 00929.00115/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis/RS, tendo por finalidade investigar “perfuração/ utilização de poços artesianos”.

13) Inquérito Civil nº 00929.00116/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis/RS, tendo por finalidade investigar “perfuração/ utilização de poços artesianos”.

14) Inquérito Civil nº 00929.00117/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis/RS, tendo por finalidade investigar “perfuração/ utilização de poços artesianos”.

15) Inquérito Civil nº 00929.00118/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis/RS, tendo por finalidade investigar “perfuração/ utilização de poços artesianos”.

16) Inquérito Civil nº 00929.00119/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis/RS, tendo por finalidade investigar “perfuração/ utilização de poços artesianos”.

17) Inquérito Civil nº 00929.00120/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis/RS, tendo por finalidade investigar “perfuração/ utilização de poços artesianos”.

18) Inquérito Civil nº 00929.00121/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis/RS, tendo por finalidade investigar “perfuração/ utilização de poços artesianos”.

19) Inquérito Civil nº 00929.00122/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis/RS, tendo por finalidade investigar “perfuração/ utilização de poços artesianos”.

20) Inquérito Civil nº 00929.00123/2008 instaurado pelo Promotor de Justiça Lúcio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis/RS, tendo por finalidade investigar “perfuração/ utilização de poços artesianos”.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de Outubro de 2008.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

EDITAL Nº 001/2008

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**, nos termos do Provimento nº 62/2008, que, a partir desta data, encontram-se abertas as inscrições para os Promotores de Justiça interessados em trabalhar no Programa Veraneio 2009 nas Promotorias de Justiça de Tramandaí, Capão da Canoa e Torres. As restrições à habilitação estão previstas no Provimento nº 62/2008 e no Provimento nº 42/2002. Serão disponibilizadas 07 vagas para Promotores de Justiça, sendo três (03) em Tramandaí, duas (02) em Capão da Canoa e duas (02) em Torres. Os interessados deverão efetuar a inscrição até o dia 31 de outubro do corrente, informando a(s) Promotoria(s) de Justiça de sua preferência, podendo cada interessado inscrever-se em uma ou mais vagas. Terão preferência no preenchimento das vagas disponibilizadas aqueles que optarem por trabalhar durante os dois meses do programa (art. 4º, § 3º, do Provimento nº 62/2008). Os pedidos de inscrição deverão ser dirigidos à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais por ofício, fax ou pelo e-mail pveraneio@mp.rs.gov.br. As atribuições a serem exercidas pelos Promotores de Justiça integrantes do programa serão discutidas com todos os interessados, em reunião que se realizará no dia 31/10/2008, às 10 horas, na sala de reuniões da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais (14º andar, Torre Norte – Sede do MP/RS). Após a reunião, será encaminhada proposta de divisão das atribuições ao Senhor Procurador-Geral de Justiça. A escolha dos Promotores de Justiça a serem designados dar-se-á por meio de sorteio público, que se realizará no dia 10 de novembro, na sala de reuniões da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais (14º andar, Torre Norte – Sede do MP/RS), às 10 horas.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de Outubro de 2008.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.